

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.491.172 - AM (2019/0125341-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : CAMILA ALVES PEREIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, em desfavor de acórdão assim sumariado:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. ART. 35, LEI N. 11.343/2006. REJEIÇÃO PARCIAL DA DENÚNCIA POR AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. ART. 395, III, CPP. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADA. LASTRO PROBATÓRIO MÍNIMO A SUBSIDIAR O OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. JUSTA CAUSA PRESENTE. DECISÃO PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO (fl. 65).

Em sede de recurso especial, a defesa alega violação dos arts. 35 da Lei n. 11.343/2006, 395, III, e 386, VII, do Código de Processo Penal - CPP.

Sustenta, em síntese, a ausência de justa causa, pois "*o órgão acusador não colacionou provas que indicassem, mesmo que minimamente, o cometimento do delito por parte da recorrente*" (fl. 85).

Assevera que "*ações conjuntas de tráfico, ainda que reiteradas, não são suficientes para a caracterização do crime de associação para o tráfico. Além do auxílio mútuo, exige-se a presença de dolo específico de associação, consistente na vontade de criar uma aliança estável, organizada e duradoura, voltada à prática do tráfico de drogas. Outrossim, o Órgão Ministerial tinha a obrigação de mostrar que a recorrente é contumaz na venda de entorpecentes e que, muito frequentemente, um se associa ao outro, cada qual com papéis específicos, na empreitada criminosa, de modo a caracterizar a associação permanente e estável para a veda de drogas. entanto, nada disso foi provado*" (fl. 90).

Requer o restabelecimento da decisão de rejeição parcial da denúncia.

Superior Tribunal de Justiça

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial haja vista a necessidade de revolvimento fático-probatório (Súmula n. 7 do STJ).

Contraminuta às fls. 124-127. O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do agravo em recurso especial (fls. 139-140).

É o relatório. Decido.

A irresignação não merece prosperar.

O Tribunal de origem entendeu pelo prosseguimento do feito, pois refutou os motivos adotados na decisão de primeira instância. Cito trecho do acórdão:

02.03. A Magistrada, por sua vez, proferiu decisão interlocutória rejeitando parcialmente a denúncia, entendendo não estar presente a justa causa para o crime de associação para o tráfico de drogas.

02.04. Acerca do delito em questão, dispõe o art. 35 da Lei 11.343/2006 que: "associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei. O verbo núcleo do tipo aqui é associar-se. Deste modo, a caracterização da associação para o tráfico de drogas depende da demonstração do vínculo de estabilidade entre duas ou mais pessoas, não sendo suficiente a união ocasional e episódica.

02.05. É de bom alvitre frisar que, nesse momento processual dispensa-se um exame aprofundado do mérito, sendo suficientes fundados indícios da prática do crime e elementos probatórios idôneos, hábeis a ensejar o início da persecução penal.

02.06. Perlustrando o caderno processual, verifico a presença de lastro mínimo de indícios de autoria e materialidade para o recebimento da denúncia em sua integralidade.

02.07. Corroborando esse entendimento, tem-se que basta a evidência de associação entre os réus para que autorize o início da persecução penal, pois, durante a instrução probatória se poderá confirmar ou não a ocorrência da prática delituosa prevista no artigo 35, da Lei n. 11.343/2006.

[...]

02.12. Destarte, presentes os requisitos de ordem formal e material da acusação, atendidas as disposições do art. 41 do Código de Processo Penal, existindo prova da materialidade e indícios suficientes de autoria do crime de associação para o tráfico de drogas, entendo inadmissível a rejeição da denúncia.

02.13. Assim, não há se falar em ausência de justa causa, a qual consiste na existência de um lastro probatório mínimo que demonstre a viabilidade da pretensão acusatória (fls. 68-69).

Destarte, para se alcançar conclusão diversa e acolher a tese da agravante seria necessário o reexame fático-probatório, providência inviável em sede de recurso

Superior Tribunal de Justiça

especial, conforme a Súmula n. 7 do STJ.

No mesmo sentido, cito precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FASE DE RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. PRINCÍPIO IN DUBIO PRO SOCIETATE. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE. ART. 1º, XIII, DO DECRETO-LEI N. 201/67. REJEIÇÃO DA DENÚNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Como é da jurisprudência do STJ, na fase de juízo de admissibilidade da acusação vigora o princípio in dubio pro societate, de forma que, para o recebimento da denúncia basta haver indícios suficientes de autoria e materialidade delitiva. Nesse sentido: STJ, REsp 1.682.764/MA, Quinta Turma, Relator Ministro Joel Ilan Paciornik, DJe 14/11/2018 e STJ, AgRg no AREsp 7.00.786/BA, Quinta Turma, Relator Ministro Ribeiro Dantas, DJe 24/10/2018 (APn 885/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, CORTE ESPECIAL, julgado em 5/12/2018, DJe 10/12/2018).

2. Para rever o entendimento do Tribunal de origem e rejeitar a peça acusatória seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento vedado pela Súmula n. 7/STJ.

3. Agravo regimental desprovido (AgRg no AREsp 1.257.276/PB, por mim relatado, QUINTA TURMA, DJe 16/5/2019).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUTAÇÃO DOS CRIMES DE ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E DE FALSIDADE IDEOLÓGICA EM CONTINUIDADE DELITIVA. PLEITO DE REJEIÇÃO DA DENÚNCIA. APONTADA INÉPCIA E AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. AFRONTA AO ART. 395, INCISOS I E III, AMBOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. NÃO OCORRÊNCIA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS ESTATUÍDOS NO ART. 41 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. APTIDÃO FORMAL DA PEÇA PARA O INÍCIO DA PERSECUÇÃO CRIMINAL NA FASE PROCESSUAL. CONSTATAÇÃO. CRIMES DE AUTORIA COLETIVA. NECESSIDADE DE INDIVIDUALIZAÇÃO PORMENORIZADA DA CONDUTA DENUNCIADA. TEMPERAMENTOS. ACEITAÇÃO. ALEGADA INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. INVERSÃO DO JULGADO. SÚMULA N.º 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Quando constatados, pelas instâncias ordinárias, a existência de indícios mínimos de autoria e da materialidade delitiva, não se afigura possível o prematuro trancamento da ação penal, sobretudo na hipótese em que a prefacial acusatória demonstra, de forma clara e objetiva, os imputados fatos criminosos, com a devida classificação delitiva e todas as suas circunstâncias, bem como o possível envolvimento do acusado na consecução da empreitada criminosa, de forma suficiente

Superior Tribunal de Justiça

à deflagração da ação penal e apta a possibilitar o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa. Nesse contexto, resta afastada a invocada ofensa aos arts. 41 e 395, incisos I e III, ambos do CPP.

2. Na espécie, conforme consignado no aresto recorrido, a denúncia não se apresenta manifestamente inepta, eis que descreve fato típico com todas as suas circunstâncias e possui respaldo mínimo probatório, suficiente para ensejar o recebimento da denúncia e prosseguimento da ação penal.

3. Segundo entendimento firmado por este Tribunal Superior, nos crimes de autoria coletiva, reputa-se prescindível a descrição minuciosa e individualizada da ação de cada acusado, bastando a narrativa das condutas delituosas e da suposta autoria, com elementos suficientes ao avanço da persecução criminal e hábeis a garantir a ampla defesa e o contraditório, como verificado na hipótese.

4. As instâncias ordinárias, após preambular análise do delineamento fático e probatório, até então coligido aos autos, concluíram pela existência de elementos suficientes a fundamentar a justa causa necessária ao recebimento da denúncia, na forma do art. 396, caput, do CPP. Logo, a desconstituição do julgado, no intuito defensivo de rejeição da incoativa, sob a alegação de inexistir, nos autos, qualquer indício de que tenha o imputado atuado com os demais corréus na prática delitiva apontada, não encontra guarida na via eleita, visto que seria necessário a esta Corte o revolvimento do contexto fático-probatório, providência incabível, conforme inteligência do enunciado n.º 7 da Súmula do STJ.

5. Agravo regimental desprovido (AgRg no AREsp 1.333.052/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 1º/4/2019).

Diante do exposto, conheço do agravo e nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator